Medida Provisória n° 2100-32, de 2001

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.

Assunto: Política Social - Proteção Social

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: 22/06/2001 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Destino: Ao arquivo

Último estado: 22/06/2001 - SEM EFICÁCIA

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1784 de 1998

Medida Provisória nº 1784/1 de 1999

Medida Provisória nº 1784/2 de 1999

Medida Provisória nº 1784/3 de 1999

Medida Provisória nº 1784/4 de 1999

Medida Provisória nº 1784/5 de 1999

Medida Provisória nº 1784/6 de 1999

Medida Provisória nº 1853/7 de 1999

Medida Provisória nº 1853/9 de 1999

Medida Provisória nº 1853/10 de 1999

Medida Provisória nº 1853/11 de 1999

Medida Provisória nº 1853/12 de 1999

Medida Provisória nº 1979/15 de 2000

Medida Provisória nº 1979/16 de 2000

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1979/17 de 2000

Medida Provisória nº 1979/18 de 2000

Medida Provisória nº 1979/19 de 2000

Medida Provisória nº 1979/20 de 2000

Medida Provisória nº 1979/21 de 2000

Medida Provisória nº 1979/22 de 2000

Medida Provisória nº 1979/23 de 2000

Medida Provisória nº 1979/24 de 2000

Medida Provisória nº 1979/25 de 2000

Medida Provisória nº 1979/26 de 2000

Medida Provisória nº 2100/29 de 2001

Medida Provisória nº 2100/30 de 2001

Medida Provisória nº 2178/34 de 2001

Medida Provisória nº 2178/35 de 2001

Medida Provisória nº 2178/36 de 2001

Medida Provisória nº 2100/31 de 2001

Medida Provisória nº 2100/33 de 2001

TRAMITAÇÃO

22/06/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: SEM EFICÁCIA

Ação: A presente Medida Provisória foi reeditada com dois (2) dias de antecedência pela de nº 2.100-33, de 21 de junho de 2001, conforme publicação no DOU do dia 22.6.2001 (Seção I), sem alterações, conforme fls. nºs 259 a 267, anexadas ao Volume II, do processo.

11/06/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Decorrido o prazo regimental, sem a instalação da Comissão, a matéria é encaminhada à SSCLCN.

31/05/2001 CN-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Nesta data foram encaminhadas à SEEP as Emendas nºs 11 a 17, para confecção dos respectivos avulsos. Publicadas no DSF, de 01.6.2001.

TRAMITAÇÃO

À SACM.

30/05/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: No prazo regimental foram adicionadas 7 (sete) emendas à Medida Provisória de autorias dos Senhores Parlamentares: Deputados: Gastão Vieira (11, 14) e Eduardo Barbosa (15, 16) e Senadores: Ricardo Santos (12); Paulo Hartung (13) e Osmar Dias (17) .Encaminhada uma cópia à SSATA para confecção dos avulsos e publicação. (às fls. 249 a 258)

Publicado no DSF Páginas 10968-10978

30/05/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Convalidadas as emendas de nºs 001 a 010 constantes da Medida Provisória nº 2100-31, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

25/05/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Serviço de Comissões Mistas.

Publicado no DOUE Páginas 10-19

Publicado no DCN Páginas 13736-13770

25/05/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.040-11/2001, nos termos do Ofício nº 103/99-CN (DSF de 7/5/99).

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 2100-

Data: 25/05/2001

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.